

ASPECTOS GERAIS DA POPULAÇÃO ESCRAVA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE – MG NO SÉCULO XIX: SEXO, COR, IDADE E ORIGEM¹

Leonara Lacerda Delfino²

RESUMO

Neste artigo procuramos acompanhar os enquadramentos gerais da população escrava, tais como: taxa de africanidade, média entre crianças e mulheres cativas, estrutura etária, razão de masculinidade. O local eleito para esta investigação foi o contexto da freguesia de São Bom Jesus dos Mártires, junto ao município de Pouso Alegre, localidade Sul-mineira, estrategicamente situada numa região de intenso movimento de tropas e de dinâmica inserção na rede Centro-sul de abastecimento interno ao Rio de Janeiro nos Oitocentos. Para efetuarmos estes apontamentos, desenvolvemos o entrecruzamento de inventários *post-mortem* (1820-1888), com o conjunto de fontes pré-censitárias (mapas de população de 1833-1835 e listas nominativas de 1838) no intuito de elaborarmos assim, um mapeamento da população escrava desta localidade.

PALAVRAS-CHAVE

propriedade escravista, população escrava, economia de abastecimento interno.

ABSTRACT

In this paper we follow the general frameworks of the slave population, such as rate africaness average among women and children captives, age structure, and sex ratio. The site chosen for this research was the context of the parish of Bom Jesus Martyr, near the town of Pouso Alegre, South-mining town, strategically located in an area of intense movement of troops and dynamic integration in South-network supply internal to Rio de Janeiro in the nineteenth century. For these notes we make, we made the crossing of postmortem inventories (1820-1888), with the set of pre-census sources (maps of population in 1833-1835 and lists of names of 1838) in order to elaborate thus a mapping slave population in this locality.

KEYWORDS

slave ownership, slave population, economy of domestic supply.

1. Introdução

Para avaliarmos as características internas da população escrava do Município de Pouso Alegre, ao longo do século XIX, utilizamos como recursos metodológicos, além do cruzamento de inventários, mapas de população (1833-1835)³ e listas nominativas (1838)⁴, os assentos de batismo, estes como recurso alternativo, a fim de rastreamos a presença africana através da identificação dos denominados escravos

¹ Este artigo refere-se aos resultados parciais de minha pesquisa de dissertação de mestrado. Cf.: DELFINO, Leonara Lacerda. **A Família Negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas. (1810-1873).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-graduação em História da UFJF. Juiz de Fora: ICH, 2010.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: leonaralacerda@yahoo.com.br.

³ Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.

⁴ Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 01.

“Adultos”⁵. Não obstante, o objetivo deste artigo consiste em posicionarmos frente ao debate que se deu em torno da forma de reposição da mão de obra cativa na província e que ganhou fôlego nos últimos 25 anos, a partir das considerações de Martins acerca do potencial de importação da mão de obra escrava na província. No entanto, o avanço de pesquisas de âmbitos regionais em Minas vem permitindo a construção de “caminhos alternativos” capazes de conciliar tráfico e crescimento natural conforme a localidade e conjuntura aventadas (MARTINS, 1983).

Fábio Pinheiro, em estudo acerca das influências do tráfico na Zona da Mata Mineira, ratificou o “direcionamento inequívoco” do tráfico-Atlântico para a província mineira durante as primeiras décadas do século XIX, ao demonstrar uma entrada aproximada de 54.478 escravos na província. Consoante os registros de despachos de escravos novos saídos do Rio de Janeiro, pondera o pesquisador que:

Minas teria importado entre 1809-1830 40% dos cativos redistribuídos na praça mercantil carioca. As capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, que em conjunto com Minas eram as principais economias escravistas da América portuguesa, adquiriam neste mesmo período, respectivamente 36%, 15,5% e 8,5% das “almas” disponíveis no mercado carioca. Destes 40% com destino à Minas, nada mais que 97,8% eram africanos novos, escravos recém chegados da África no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, esta proporção foi de 39,9%, 94,7% e 72,2%, respectivamente. (PINHEIRO, 2008: 74)

Esta maciça entrada de africanos na província direcionou-se não só para a Zona da Mata, mas para algumas áreas da extensão Metalúrgica – Mantiqueira (Vertentes), como também para o Sul da província. Em trabalhos recém-produzidos para o Sul de Minas, Andrade (2005) e Sobrinho (2009) já aventaram a relevância do tráfico no quadro de reposição da mão-de-obra na região, no início do século XIX. A elevada participação africana impressa em distritos como Nova Itajubá (65,4%), Lambari (67,5%), Santa Catarina (55,1%), Santa Rita (40,7%) e Soledade (50,6%) no ano de 1831, pertencentes ao Termo de Campanha, não deixam dúvidas quanto à inserção regional sul-mineira ao tráfico trans-atlântico de escravos⁶. No entanto, em pesquisas anteriores, Paiva e Klein (1992) indicaram, sem postergar a agência do tráfico na

⁵ Fonte: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, Pouso Alegre - MG.

⁶ Sobre os dados de Campanha, cf.: ANDRADE, 2005: 273-279. Acerca dos dados de Itajubá, cf.: SOBRINHO, 2009: 64-74.

composição da escravaria regional, dados provocativos atinentes a uma possível reprodução natural como importante elemento de reposição e até mesmo de expansão da escravaria no mencionado município sul-mineiro.

Feito estas considerações, apresentaremos a seguir a distribuição entre africanos e crioulos do município, mensurada a partir do corpo de inventários ao longo do período (1820-1888), a fim de contribuímos para o entendimento dos delineamentos tomados destas duas assertivas (importação/reprodução) na esfera da população cativa de nossa localidade, sem perder de vista, portanto, suas articulações com o contexto regional. De modo geral, pudemos identificar que no primeiro contato com este corpo documental, estabeleceu-se uma significativa presença de crioulos, para uma região em que se esperava uma presença maior de africanos, em vista da forte inserção do Sul de Minas ao tráfico-negreiro. Considerando a taxa de africanidade, ou seja, o número de africanos para cada 100 crioulos, verificamos uma estimativa variável entre 41,9 a 60,2 para as décadas anteriores ao cerceamento do tráfico.⁷ (Cf.: TABELAS 1 e 5: ANEXO)⁸. Entretanto, observando o percentual de participação desta categoria, visualizamos uma nada desprezível participação de 37,5% nas duas primeiras décadas, enquanto que nos dois intervalos seguintes, uma estimativa nunca inferior a 25%, representando uma dinâmica participação do município de Pouso Alegre, junto às praças regionais de Campanha, Itajubá e Baependi na aquisição de africanos nestas três primeiras décadas⁹.

Esta tendência se confirma parcialmente mediante a avaliação da chamada ocorrência dos batismos de “Adultos” africanos, durante o período de vigência do

⁷ Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

⁸ Para composição da tabela 1, procuramos distinguir cada subperíodo em decênio, a fim de acompanharmos as nuances conjunturais. Vale salientar que, os intervalos de 1820-1850 foram marcados, no âmbito conjuntural do Império, por uma entrada maciça de africanos, que alcançou maior pico de elevação entre 1826-1830, quando a importação atingia em média 37.200 escravos africanos ao ano. Cf.: FLORENTINO, 2002. Não obstante, este período também ficou conhecido pelo acirramento das pressões inglesas para o cerceamento do tráfico internacional de escravos, que refletiram no Brasil, nas formas das Leis de 1831 e “Eusébio de Queiroz” em 1850. No quinquênio seguinte, o período foi marcado pelo processo de intensificação da “naturalização” da população escrava, acompanhada pelo conseqüente “envelhecimento” e diminuição do grupo africano. Nesta conjuntura, assistiu-se também a degradação paulatina do sistema de relações escravistas, impressa principalmente na deslegitimação e erosão gradativa do poder senhorial. Estas mudanças refletiram-se na promulgação de leis favoráveis à preservação da família escrava, como a Lei de 1869 e a “Lei do Ventre Livre”, em 1871, que ao mesmo tempo em que visavam assegurar o interesse senhorial através da garantia do processo de abolição “lento e seguro”, assegurava também antigos direitos costumeiros conquistados ao longo dos anos, no embate cotidiano, da sociedade escravista.

⁹ Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

tráfico no âmbito da freguesia de São Bom Jesus dos Mártires. Vale salientar que apesar da prática do batismo em massa nos portos africanos de embarque, esses cativos, muitas vezes, recebiam oficialmente a benção cristã, logo após o estabelecimento na localidade recém-instalada, como ato de precaução e confirmação da posse do senhor, tendo em vista que estes assentos poderiam servir como prova de propriedade até mesmo em processos judiciais. Esta preocupação evidencia-se quando identificamos a prática recorrente de batizar estes escravos em série, logo após o ato da aquisição ou compra. Além disso, era hegemônico o temor generalizado vigente no imaginário social daquela sociedade de que privar qualquer indivíduo do rito cristão poderia condenar sua alma a um estado de danação perene.

Tendo em vista a importância conferida pelo rito acreditamos que, mesmo tratando-se de um recurso indireto, este caminho constitui-se uma importante via auxiliar e adquire maior potencial metodológico quando cruzado com outros indícios que rastreiam a presença africana de uma dada localidade. Analisando os assentos de batismo do período de 1812-1873, averiguamos que do subperíodo em que se inicia em 1812, quando é aberto o primeiro livro de batismo na freguesia, até 1853, quando é registrado o último escravo “adulto” nos assentos, oito escravos africanos eram batizados anualmente nesta localidade¹⁰. O pico de participação desta categoria se efetivou entre o período de 1818 a 1820, quando se registrou uma participação de 37,8% do total de assentos de escravos. No entanto, caso singular identificou-se para o ano de 1818, quando se constatou o registro de 50 assentos, equivalente ao percentual de 66,6% de presença africana do total de 75 batismos de escravos para este ano. Nesse sentido, esta participação, quando avaliada ao longo prazo, não ultrapassou o percentual de 40% de participação de “adultos” no quadro de composição de batizados¹¹ (Cf.: TABELA 2: ANEXO).

Retomando nossa amostra de inventários, outros apontamentos levantados sustentam que a inserção ao tráfico de africanos não anulou o papel da reprodução endógena no quadro de manutenção ou até mesmo ampliação do contingente escravo

¹⁰ Fonte: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, Pouso Alegre - MG.

¹¹ Fonte: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, Pouso Alegre - MG.

cogitada para o município de Pouso Alegre. Para o histórico de estudos demográficos, já se tornou unânime como método relacionar equilíbrio entre os sexos, percentual de crianças, razões elevadas entre crianças e mulheres férteis, à ocorrência de reprodução natural de uma dada população específica. Sendo assim, pode-se considerar que a presença de crianças e mulheres está para a reprodução natural, assim como, elevadas razões de masculinidade estão para a capacidade de se inserir ao tráfico. Em outras palavras, quanto maior a proporção de africanos, menor a possibilidade de crescimento natural, pois o desequilíbrio sexual gerado em função da seletividade do tráfico influiria como empecilho à capacidade reprodutiva da mesma escravaria.

Levando em consideração estes pressupostos, identificamos os seguintes padrões: médias elevadas entre crianças e mulheres em idade produtiva, elevada presença de crianças entre 0/06 a 14 anos e a já mencionada majoritária presença crioula, apesar da tendência à elevação dos índices de masculinidade identificados no corpo de inventários, que contrastavam, em certa medida, com a tendência de equilíbrio verificado através dos levantamentos censitários de 1833-1835. Pelo censo de 1826, verificamos elevada razão de masculinidade impressa na presença de 198,1 homens cativos para cada 100 mulheres escravas do total de 1.285 escravos estimados para freguesia de Pouso Alegre¹². Já os mapas de população (1833-35), registraram uma relativa queda, tanto para o distrito (sede), por apresentar uma razão de 155,8 homem/mulher; quanto para o conjunto do município, que apresentou uma média de 144,4 no mesmo quesito, o que é traduzível num percentual de 59% de homens e 41% de mulheres, dentre o total de cativos para a mesma¹³. Para o nível mais localizado do distrito de Pouso Alegre, identificamos o percentual de 41,5% de mulheres e 58,4% de homens dentre o total de 1.974 escravos, relacionados numa média de 140,7 homens para cada 100 mulheres para o ano de 1838¹⁴ (Cf.: TABELAS 5 e 6: ANEXO).

Retomando aos mapas de população (1833-1835), onde visualizamos esta distribuição para cada distrito componente do município de Pouso Alegre, obtivemos dentre os 10 distritos mencionados, com exceção de Antas e Bom Retiro, vantagem de

¹² Fonte: Censo de 1826. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Fascículo 2, julho a setembro de 1896, p. 630.

¹³ Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.

¹⁴ Fonte: Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 01.

homens sobre as mulheres no quadro de composição de suas escravarias. Dentre as maiores elevações de razão de masculinidade, podemos destacar o distrito de Santa Rita do Sapucaí, por apresentar uma taxa de 218,7 e quase 70% de participação masculina, junto a Cotias que apresentou 172,0 de razão de masculinidade e 63,2% de participação masculina¹⁵(Cf.: TABELA 6: ANEXO).

Os núcleos populacionais que atingiram maior equilíbrio entre os sexos em suas escravarias foram: Capivari, com uma razão de 105,1 de homens para cada 100 mulheres, portanto, com uma participação de 51,2% e 48,7% para homens e mulheres respectivamente; e São José das Formigas, que apresentou uma razão de 106,9 e 51,6% de participação masculina. Os distritos de Antas e Bom Retiro, conforme mencionado, apresentaram as únicas escravarias com razões de masculinidade negativas, computadas cada uma em uma média de 84,0 e 81,9 respectivamente¹⁶ (Cf.: TABELA 6: ANEXO) .

A média calculada para o município de Pouso Alegre expôs uma participação de 144,4 homens para cada 100 mulheres escravas durante o período 1833-35, aproximando-se, portanto, da estimativa proposta por Bergad, que calculou este índice para o conjunto da província em 142 homens/mulheres para o ano de 1833 (BERGAD, 2004: 213). Estabelecendo uma comparação entre as estimativas apresentadas, ao nível da província para outros períodos, inferimos que, apesar da desproporção entre os sexos no município de Pouso Alegre, ainda nossos índices foram estimados abaixo das médias provinciais (Cf.: TABELA 4: ANEXO).

Em direção oposta, os resultados verificados para a freguesia vizinha de Itajubá apresentaram médias relativamente mais elevadas, superando até mesmo os padrões da província. Entre 1785 a 1820 a razão de masculinidade para a mencionada localidade foi de 188,6 homens/mulheres; enquanto que no período seguinte, apesar da queda para 162,5 manteve-se uma proporção ainda superior aos padrões estimados pela província (SOBRINHO, 2009: 173). Não obstante, esta elevação das médias de Razão de Masculinidade (RM) para a freguesia de Itajubá, pode ser atribuída principalmente ao alto nível de concentração africana identificada por Sobrinho para esta localidade. Em 1831, esta freguesia acompanhada pelo seu curato (Soledade), registraram os mais altos

¹⁵ Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.

¹⁶ Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.

patamares de população africana do Termo de Campanha, que juntos, somaram o percentual de 62,3% desta participação, sendo superados somente pela freguesia de Lambari, que apresentou para o mesmo ano, uma participação de 67,5% de africanos (ANDRADE, 2005: 276).

Tomando como medida a estrutura de faixa etária para a população cativa, observamos que tanto pelos enquadramentos extraídos do corpo de inventários, quanto pelos levantamentos censitários (1833-35 e 1838), obtivemos outro forte indicador em direção ao crescimento natural: elevados percentuais de crianças e jovens de 0-14 anos, se tomarmos como pressuposto a raríssima incidência de crianças transportadas pelo tráfico-atlântico¹⁷.

Considerando o total de escravos arrolados nos inventários consultados ao longo do período (1820-1888), obtemos uma participação de crianças e jovens de 0-14 anos estimada em 31,7%¹⁸ (Cf.: TABELA 7: ANEXO). Não obstante, esta estimativa apresentou variações, alcançando picos de elevação no período de 1820/29 e 1830/39, quando constatamos uma participação de 35% a 36,5% de cativos inseridos nesta mesma faixa etária¹⁹. Padrão próximo verificou-se em dois subperíodos (1785-1820 e 1821-1850) para a freguesia vizinha de Itajubá, ao apresentar, respectivamente, uma variação de 28,3% a 35,2% (SOBRINHO, 2009: 173).

Analisando o padrão de faixa etária extraído dos mapas de população (1833-35) para o conjunto do município de Pouso Alegre, obtemos a seguinte distribuição: 36,3% de cativos situados na faixa dos 06 aos 14 anos; 41,8% situados na faixa dos 15 aos 29 anos; 19,7% situados na faixa dos 30 aos 60 anos e somente 2% de cativos acima dos 60 anos. Como podemos perceber, trata-se de uma população cativa jovem, com alta

¹⁷ Segundo Florentino & Góes, quatro em cada cinco recém-chegados no porto do Rio de Janeiro eram escravos “Adultos”, ou seja, situados na faixa etária entre 15 a 40 anos. Não obstante apenas 4,1 eram escravos com menos de 10 anos, fato que confirma a assertiva de que eram raríssimas as importações de crianças escravas (Cf.: FLORENTINO, 1997: 59-73).

¹⁸ Para calcular este percentual, eliminamos a incidência de 189 escravos que não apresentaram nenhuma indicação de idade nos arrolamentos de inventários. Não obstante, baseamos este cálculo no total de 1045 crianças e jovens escravos entre 0-14 anos. Fonte: Inventários *post-mortem* (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

¹⁹ Fonte: Inventários *post-mortem* (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

incidência de crianças de 06 aos 14 anos, considerando que os menores de 06 anos não foram recenseados neste levantamento provincial²⁰ (Cf.: TABELA 7: ANEXO).

Dentre os distritos com maior presença de crianças, destacam-se: Ouro Fino e Capivari que tiveram cada um, quase a metade de suas populações escravas situadas na faixa de 06-14 anos; Santa Rita, que apesar da alta razão de masculinidade (218,7) apresentou uma surpreendente participação com 45,8% de cativos nesta mesma faixa etária. Bom Retiro também se destacou neste quesito, ao apresentar 39,1% de crianças, percentual proporcional ao nível apresentado de sua razão de masculinidade, estimada entre as mais baixas do Termo com 81,9²¹ (Cf.: TABELA 7: ANEXO).

Não obstante, o distrito de Pouso Alegre apresentou ascendência contínua desta participação durante a primeira metade do século XIX. De 35% em 1833-35, o número de escravos situados na escala de 06-14 anos, elevou-se para 38,7% do total da população cativa, chegando em 1873, com uma participação ao nível do município, inferior a quase 10%, em virtude dos reflexos da Lei de Ventre Livre. Considerando os intervalos de 1820 a 1859, referente aos dados extraídos de nossa amostra de inventários, esta estimativa nunca esteve abaixo de 30%²² (Cf.: TABELAS 7 e 8, p. 111-112).

Desta forma, a alta incidência de crianças averiguada em pleno a agência do tráfico, para o município de Pouso Alegre (35% entre 1820/29 e 36,5% entre 1830/39) e para seu Distrito (35% em 1833-35 e 38,7% em 1838), está à altura de padrões de escravarias que atingiram, de alguma forma, níveis de reprodução natural, seja para manutenção de seu contingente, ou até mesmo para ampliação deste²³ (Cf.: TABELAS 7, 8 e 9: ANEXO).

²⁰ Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.

²¹ Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.

²² Cf.: Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02 . Cf.: Inventários *post-mortem* (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre – MG. Cf.: Fonte: Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Dados referentes a Minas Gerais foram corrigidos e coordenados por Pedro Puntoni e Equipe CEDEPLAR-UFGM. In: Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872. Rio de Janeiro. Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol., localizados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²³ Padrão similar foi verificado pioneiramente em pesquisas para Montes Claros, quando Botelho avaliou uma participação de 37,1% de crianças e jovens entre a população escrava crioula, a partir das listas nominativas de 1831-1832 para este distrito. Cf: BOTELHO, 1994:80. Não obstante, em outro estudo desenvolvido para os termos de Mariana, São João e São José del Rei, Bergad, calcula, a partir de uma

Não obstante, este processo não deve ser tomado como isento às influências do tráfico. As altas razões de masculinidade identificadas para localidades como em Santa Rita (218,7) e Itajubá (170,6), não impediram a conformação de elevadas participações de crianças (45% e 35,2%, respectivamente) em períodos anteriores a 1850. Para Pouso Alegre (Município/Distrito), embora estas estimativas fossem mais equilibradas, acompanhada de uma ampla vantagem de escravos nativos sobre os africanos, nos apresentam fortes indícios de uma reposição de mão de obra via reprodução natural nesta localidade²⁴.

Outra frente relevante que vai de encontro com essas assertivas acerca de uma possível conciliação entre fatores tráfico e crescimento natural da população cativa do Município/Distrito de Pouso Alegre, consiste na medição do potencial reprodutivo desta escravaria. A média calculada entre mulheres cativas em idade produtiva e o número de crianças, tem sido uma importante ferramenta da história demográfica para avaliar a capacidade de reprodução natural de uma população escrava, quando levada em conta o fenômeno raro da importação infantil, dentre os africanos. Não obstante, é preciso salientar que este recurso é considerado uma *proxy* grosseira para avaliar a capacidade de crescimento de uma população, tendo em vista que somente o confronto criterioso entre nascimentos e óbitos, junto às entradas e saídas, ocasionadas pela movimentação populacional, seria capaz de orientar uma resposta mais direta e detalhada acerca do potencial de fecundidade e crescimento de uma dada população.

Considerando estes pressupostos, podemos observar, a partir da média extraída entre o total de crianças de zero a nove anos e a soma de mulheres inseridas na faixa etária de 15 a 44 anos, uma variação de 32,1 a 138,4 crianças para cada 100 mulheres e

densa amostra de 70.000 inventários, uma participação de 30% da mesma faixa etária para o período de 1715 a 1888. Cf.: BERGAD, 2004: 197-238. Clotilde Paiva, para a ampla região do Sul-central, estimou 32,6% de participação, acima, portanto, do padrão verificado para a província, estimado em 29% para o período 1831-1832. Cf.: PAIVA, 1996. São José del Rei, através da amostra de Graça Filho, Fábio Pinto e Carlos Malaquias apresentaram a elevada participação de 34% de crianças, entre 1743 a 1850. Cf.: GRAÇA FILHO, A., PINTO, F., MALAQUIAS, C. jan/jun 2007: 184-207. Outro estudo em que se comprovou a ocorrência de processos de reprodução natural, a partir da alta incidência da participação de crianças foi desenvolvido em conjunto por Paiva & Libby para a o Termo de Mariana. Estes autores demonstraram que após o período de rearticulação econômica nesta localidade, a participação de crianças cativas atingiu percentuais próximos aos 30%. Paracatu e Oeste Mineiro também atingiram padrões similares, estimados em uma participação de 32,3% e 30,7%, respectivamente. Cf.: PAIVA & PAIVA, mai/ago, 1995: 203-233.

²⁴ Fontes: Inventários *post-mortem* (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG. Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02. Listas Nominativas do Distrito de Pouso Alegre de 1838. Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 01.

uma razão total de 1.056 crianças para cada 1000 mulheres entre o período de 1820-1888, segundo a amostra de 3.340 escravos²⁵. Não obstante, as médias obtidas entre 1820-1829 a 1830-1839, oscilantes entre 114,5 a 138,4 para cada cem mulheres, indicam que a ativa inserção da localidade ao tráfico-atlântico de escravos não se impôs como barreira definitiva ao advento da reprodução das escravarias locais (Cf.: TABELA 9: ANEXO).

No entanto, nas décadas seguintes estas razões sofreram declínio. Não obstante, é preciso salientar que após a Lei de 1871 tornou-se raro a identificação da idade dos ingênuos, quando não se recorria à prática de torná-los “mais velhos”, com o intuito de burlar certas obrigações que esta Lei impunha, não só durante o ato da partilha, ao terem que preservar os laços de parentesco entre pais e filhos menores de 12 anos, mas também em outras obrigações, tais como a não bargagem do pecúlio, uma vez que era adquirido pelo próprio mancipio ou oferecido por uma terceira pessoa em favor de sua liberdade. Outrossim, outra explicação atribuída refere-se ao impacto gerado pela desvalorização da mão-de-obra infantil escrava, em decorrência da perda de credibilidade em relação à reprodução como recurso alternativo para aquisição da mão de obra (TEIXEIRA, 2001: 74).

Consoante ao aspecto expressivo de valores obtidos na razão criança/mulher, referentes ao período anterior do esfacelamento da instituição escravista, vale salientar que esta proporção não se efetuou como comportamento isolado, mas como uma tendência da população escrava que vem sendo comprovada em áreas diversificadas da província mineira. Outrossim, uma série de pesquisas já mencionadas, atesta evidências de reprodução natural referentes até mesmo ao período que antecede o cerceamento do tráfico. Nesse sentido, estes dados apontam para direções da historiografia mineira, que levam a constatação de que as elevadas razões de crianças por mulheres verificadas para o âmbito geral da província são compatíveis aos padrões comprovados para a população escrava norte americana, tratados como os maiores índices de fecundidade da história da escravidão moderna (BERGAD, 2004: 220).

²⁵ Esta média de fecundidade foi obtida através do total de 689 crianças de zero a nove anos dividida pelo total de 652 mulheres entre 15 a 44 anos, cf.: Inventários *post-mortem* (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

Nesse sentido, as médias encontradas para localidades mineiras como: Pouso Alegre (1.056); Oeste Paracatu de Minas (734)²⁶, Mariana (925)²⁷, Campanha (894)²⁸ e para ampla região de Ouro Preto, Diamantina, São João e São José del Rei (1.230)²⁹ em períodos distintos, demonstram que na maioria dos casos, estas regiões foram capazes de superar índices de todas as demais escravarias já estudadas para o restante do Brasil³⁰, atestando desta forma, a singularidade da escravidão mineira, por ter se constituído, na afirmação de Bergad (2004), como único sistema escravista da América Latina que mais se aproximou dos padrões norte-americano de reprodução e expansão natural da escravaria. Pela exposição do quadro que segue podemos comparar a relação de crianças por mulheres obtidas para o município de Pouso Alegre com outras localidades. A partir desta analogia é possível situarmos nossa localidade de estudo como a segunda região que apresentou as maiores médias entre crianças e mulheres em idade produtiva na província, inferior, portanto apenas às estimativas averiguadas para os tradicionais centros auríferos levantadas por Bergad:

²⁶ Paiva e Libby consideraram as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0 a 09 anos, a partir do Recenseamento de 1872-1873. Cf.: PAIVA & PAIVA, 1995: 203-233.

²⁷ Heloísa Teixeira considerou as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0a 09 anos, entre o período de 1850-1888, a partir de sua amostra de 393 inventários *post-mortem* para o município de Mariana. Cf.: TEIXEIRA, 2001: 124.

²⁸ Paiva & Klein, consideraram, a partir das Listas Nominativas de 1831-1832, as mulheres de 15 a 49 anos e crianças, os escravos inseridos na faixa etária de 0 a 09 anos. Cf.: PAIVA & KLEIN, 1992: 140.

²⁹ Bergad considera as mulheres, a partir de sua amostra de 70.000 escravos inventariados, aquelas situadas entre a faixa etária de 15 a 45 anos e crianças, os filhos de escravos de 0 a 09 anos. Cf.: BERGAD, 2004: 219.

³⁰ Em estudos desenvolvidos para três distritos paulistas, Luna e Klein constataram que a presença de elevadas taxas de nupcialidade entre os cativos, não foram sinônimos de altos índices de fecundidade. A razão evidenciada em suas amostras foi de 560 crianças para cada mil mulheres entre 15 a 49 anos, portanto, bem inferior às estimativas mineiras. Cf.: LUNA & KLEIN, 2004: 173-193. Stuart Schwartz, em estudo para o Recôncavo Baiano, acentuou uma razão próxima à media verificada para a província de São Paulo, ao ponderar uma razão de 597 crianças de 0-9 anos para cada 1000 mulheres. Já o caso Paraná, até o momento constitui-se o único sistema escravista mais próximo de Minas Gerais, no tocante à capacidade de reprodução natural. Cf.: SCHWARTZ, 2005: 356-376. Gutierrez assegurou uma média de 840 crianças para cada mil mulheres, só no ano de 1824. Cf.: GUTIERREZ, 1987: 297-314.

QUADRO I
Razão criança/mulher em diferentes localidades

Localidade	Período	Razão
EUA ³¹	1820	1.482
Jamaica ³²	Século XIX	399
Mogi das Cruzes ³³	1829	664
São Paulo ³⁴	1829	560
Recôncavo Baiano ³⁵	1788	597
Paraná ³⁶	1824	840
Ouro Preto, São João/ São José del Rei e Diamantina ³⁷	1770-1888	1.201
Pouso Alegre ³⁸	1820-1888	1.056
Mariana ³⁹	1850-1888	925
Campanha ⁴⁰	1831	894
Oeste Paracatu Mineiro ⁴¹	1873	734
Ouro Preto ⁴²	1823	406

³¹ R. Steckel considerou as mulheres escravas de 15 a 49 anos e crianças de 0 -09 anos de idade. Cf.: STECKEL, Richard. A children and Choice: A Comparative Analysis of slave and White Fertility in the Antebellum South. In: *Without Consent or Contract: conditions of slave and transition of freedom*, Technical Papers. Edited by Robert William Fogel and Stanley L. Engerman. New York: WW Norton, 1992, v.2, p. 371

³² Segundo Higman, a razão da Jamaica, esta considerada a maior população escrava das Índias Ocidentais Britânicas, foi calculada a parti do critério do total de crianças de 0-04 anos para o total de mulheres entre 15 a 44 anos. Cf.: HIGMAN, 1984: 356.

³³ Para Mogi das Cruzes, a faixa etária trabalhada foi de 15-44 anos para as mães e de 0- 09 anos para as crianças. Cf.: NADALIN, S., MARCÍLIO, M. & BALHANA, 1990: 226-236.

³⁴ Luna e Klein consideraram crianças de 0-09 anos e mulheres de 15- 49 anos para o estudo de três distritos paulistas. Cf.: LUNA & KLEIN, 2004:173-193.

³⁵ Para a soma de escravos de três paróquias do Recôncavo Baiano (Taperagoa, Água Fria e Inhambupe), Schwartz considerou as mulheres de 15 a 45 anos e crianças de 0- 09 anos. Cf.: SCHWARTZ, 2005: 296.

³⁶ Gutierrez utilizou a faixa etária de 10-49 anos para mulheres e de 0-09 anos para crianças. Cf.: GUTIERREZ, 1987: 309.

³⁷ Cf.: nota 28.

³⁸ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre – MG.

³⁹ Cf.: nota 26

⁴⁰ Cf.: Nota 27

⁴¹ Cf.: Nota 25

⁴² Para esta localidade Ramos considerou crianças de até 05 anos e mulheres escravas entre 20 e 40 anos. Cf. RAMOS, 1979: 518.

2. Desígnios de cor e de procedência africana no Município de Pouso Alegre

As classificações de categorias atinentes à “cor” ou às “nações” africanas se colocam, no primeiro momento, num nível problemático na historiografia da escravidão, justamente porque receberam ambas as categorias, inúmeras ressignificações ao longo do escravismo. Grosso modo, teríamos dois grandes grupos: os crioulos, ou nascidos no Brasil, indicados pela cor (crioulos, pardos, cabras, e mulatos) e africanos, que poderiam ser classificados genericamente como “pretos” ou identificados por grupos de procedência como *mina*, *angola*, *benguela*, *Cambinda*, *cassange*, dentre outros.

Vale de início esclarecer dois pontos importantes. Primeiro: quando nos referimos a “cor” numa sociedade escravista remanescente do Antigo-Regime, estamos nos referindo muito mais ao *locus* social ocupado pelo indivíduo dentro ou fora do cativeiro, já que estes atributos se estendiam ao “mundo livre”, do que à pigmentação da pele propriamente (MATTOS, 1998). Segundo: o que era até pouco tempo tratado como etnias africanas não imprimem diretamente identidades culturais de origem, mas às identidades posteriores “aqui” recriadas a partir das nomenclaturas adotadas por colonizadores, durante a prática do tráfico (SOARES, 2000).

Referente à primeira categoria, Sheila de Castro Faria demonstrou que aqueles atributos de cor foram recebendo novas significações de acordo com o contexto. Tradicionalmente atribuía-se à nomenclatura “preto” para referir-se ao escravo africano, já o termo “pardo” era mais polissêmico referia-se, no primeiro momento, aos descendentes de crioulos, mais precisamente aos netos de africanos, ou seja, a segunda geração de escravos nascidos no Brasil. Com o tempo, esta categoria passou também designar o processo de miscigenação (FARIA, 1998: 135-139).

No entanto, vale salientar que estas atribuições significaram muito mais um artifício de sociedade remanescente do *Antigo-Regime nos Trópicos*, que se via constantemente engajada em criar e recriar classificações, no intuito de definir novas posições adequáveis às “velhas” hierarquias sociais, do que categorizar o indivíduo pela cor. Exemplo disso é o termo “pardo livre” criado para categorizar filhos de libertos, ou seja, indivíduos que nunca haviam experienciado o cativeiro mas que teriam que carregar o “estigma” social da escravidão, transmitindo esta condição para as gerações seguintes.

Nesse sentido, as mudanças que poderiam ocorrer nas escalas de hierarquia desta classificação, incidiriam diretamente na posição social ocupada por determinado indivíduo naquela sociedade. Sendo assim, a mudança de cor demarcaria o processo de mobilidade social, no sentido de afastamento em relação ao cativo. A omissão da cor também poderia constituir uma estratégia nesse sentido, exemplo disso foi a experiência assinalada pela trajetória de Mariano Pinto Tavares, filho de escrava e de “pai incógnito”, denominado “pardo” em seu assento de batismo, registrado pelo sobrenome de seu senhor, era mencionado em seu processo de *Genere et Moribus*, como filho da “serva”, não “escrava” Theodósia. No entanto, este silêncio não era aleatório, Mariano Tavares nascido em São Paulo, alcançou postos mais elevados da hierarquia na Vila de Pouso Alegre, assumindo em 1831, a presidência da Câmara Municipal da Vila. Além de sua ordenação sacerdotal, ampliou redes de relações para fora da Vila, destacando-se como um dos principais atores do movimento de emancipação do município vizinho de Camanducaia. Em seu referido processo atesta-se o seguinte:

Diz Marianno Pinto Tavares, natural e batizado na Freg^a. Da Sé de São Paulo, filho de Pae incógnito e de Theodozia Maria, serva que foi do falecido José Pinto Tavares, neto por parte materna de Ignacia, serva que foi do falecido José Francisco Guimaraens, natural e baptizado na Freguesia da Sé desta cidade, que elle suppe, para melhor servir a Deus, a Igreja, e salvar sua alma, tem grande desejo declarar o estado sacerdotal.⁴³

Anexo ao processo, o assento de batismo:“(...) batizou e pos os santos óleos o Rvdo João Sabino da Fonseca a Marianno pardo, filho de Theodózia solteira e de pai incógnito, escrava de José Pinto Tavares (...)”⁴⁴.

Como é possível apreender, este “esquecimento” concernente à origem e a cor tinha significações políticas, como bem aventou Guedes Ferreira, esta demarcação acerca da cor do indivíduo na sociedade escravista traz “percepções de hierarquias sociais” expressas nas cores (FERREIRA, 2009). Acompanhando este sentido hierárquico, este atributo manifestava-se como sinônimo direto à origem social. Conforme mencionado, a referência “preto” invocava indícios de significar origem

⁴³ Fonte: Processo de Genere et Moribus (Mariano Pinto Tavares), nº 2-42-1086 (1815), transcrito p/Yansen Vieira. Localizado na Cúria Metropolitana de São Paulo.

⁴⁴ Fonte: Processo de Genere et Moribus (Mariano Pinto Tavares), nº 2-42-1086 (1815), transcrito p/Yansen Vieira. Localizado na Cúria Metropolitana de São Paulo.

africana. No entanto, essa inferência permanece como um recurso indireto para se “decifrar” a origem dos cativos.

Considerando essas assertivas, verificamos para a população cativa do município de Pouso Alegre em 1833-1835, uma presença absoluta de 88% de pretos e apenas 11,8% de pardos. Analisando esta distribuição na composição particular de cada distrito, conferimos a maior participação de pardos em Ouro Fino com 21,2% e a menor, em Capivari, com 2,0%. Dentre os livres obtemos uma participação significativa desta categoria, em 23% para o conjunto do município. Entretanto, na observância dos distritos, as maiores participações referem-se à Ouro Fino (36%), Cotias (33,5%) e Antas (29,1%)⁴⁵. Quanto às representações destas categorias ao distrito de Pouso Alegre observamos, dentre os cativos, uma participação de 7,2% de pardos e 92,7% de pretos, no período de 1833-35. Para o ano de 1838 esta distribuição pouco modificou: 86,1% de pretos, 8,5% de crioulos, 4,7% de pardos e 0,5% de cabras arrolados pelas Listas Nominativas daquele mesmo ano (Cf.: TABELA12: ANEXO).

Diante do resultado coligido, não se torna seguro associarmos diretamente o atributo “preto” ao grupo africano. A ampla participação da população escrava nativa sugerida pela hegemônica frequência de crioulos arrolados pelos inventários coloca-nos certa medida de cautela nesta afirmação, sobretudo no que condiz a correspondência entre a nomenclatura “preto” à origem africana. Diante deste impasse, consideramos que a cor não corresponde ao critério mais seguro para caracterizar a origem do contingente escravo da localidade estudada. Nesse sentido, o acentuado equilíbrio entre homens e mulheres sugerido em alguns distritos como Capivari, São José das Formigas e outros como Bom Retiro e Antas, que tiveram sua população escrava feminina superior a masculina, demonstram que se a classificação de pretos correspondessem à população africana, a referência de pardos teria que ser, neste critério, proporcionalmente correspondente, ou seja, superior à população de pretos, se levarmos em conta a recorrente preferência pelo braço masculino adotado pela seletividade do tráfico (Cf.: TABELAS 1,2, 3, 4, 5, 6 e 12: ANEXO).

Referente ao atributo de procedência africana adotamos o padrão já consolidado pela historiografia ⁴⁶ dedicada aos estudos acerca das “identidades africanas” indicadas

⁴⁵ Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.

⁴⁶ Cf.: KARASCH, 2000; SOARES, 2000; PINHEIRO, 2008.

pelo tráfico. Neste critério, pertencem ao Centro-oeste africano os grupos: *benguelas*, *ganguelas*, *angolas*, *cambindas*, *cassanges*, *rebolos* e *congos*. À Costa Ocidental ou Costa da Mina, pertenciam, sobretudo, os denominados *pretos-minas*; à Costa Oriental, refere-se, genericamente a procedência de negros de nação *Moçambique*. Vale salientar que essas terminologias embora sejam atributos do colonizador e resultantes, sobretudo, do processo de movimentação do tráfico, designando genericamente os principais pontos de embarque, foram bases de sustentação de novas organizações e formas de sociabilidades edificadas pelos cativos no outro lado do Atlântico (KARASCH, 2000).

Segundo os estudos realizados por Mary Karasch (2000), os escravos africanos enviados para a província de Minas no período de 1831-32, advinham, majoritariamente do Centro-Oeste Africano (40,6%); seguidos da África Oriental (38,4%) e, por último, da África Ocidental (7,5%), ou os chamados *pretos-minas*. No entanto, pondera Libby (1988) que até 1730 predominava a procedência deste último grupo, reconhecidos pela habilidade na prática de extração aurífera. Graça Filho e Fábio Pinto (2007) reconheceram também grande presença deste grupo em São José del Rei, durante a segunda metade do século XVIII, que somaram, ao lado dos *benguelas*, *congos* e *angolas* a terceira maior participação entre os escravos inventariados. No entanto, a predominância para esta região coube ao grupo de procedência da África Centro-Oeste. Fábio Pinheiro (2008), em estudo da Zona da Mata Mineira, identificou padrões aproximados, ao constatar uma presença de 70,2% de escravos provenientes da África Central. No entanto este estudo demonstra maior inserção do grupo da Costa Oriental, de nação *Moçambique* (21,6%), em detrimento dos chamados *minas*, provenientes da África Ocidental (8,2%).

Marcos Andrade, a partir dos assentos de batismos de três freguesias sul-mineiras (Aiuruoca, Baependi e Campanha) ratificou a hegemonia do grupo Centro-Oeste Africano, superior a 90% de participação, com destaque às referências *angola*, *banguela*, *benguela*. Em segundo plano, situavam-se os “minas”, procedentes da África Ocidental, neste ponto aproxima-se do padrão identificado por São José del Rei. E por último, com uma presença quase nula, atesta-se a presença de apenas dois escravos *Moçambiques*: um na Paróquia de Aiuruoca e outro na Paróquia de Campanha (ANDRADE, 2005: 27-28).

Em nossa amostra de inventários e assentos de batismos, apesar de depararmos com grande número de escravos identificados genericamente como “..de Nação”, “...da Costa”, ou simplesmente, “Africano”, localizamos uma procedência muito próxima ao padrão ratificado por trabalhos regionais, no que tange a conformação destes grupos para Minas Gerais. Referente ao corpo de inventários verificamos que dos 882 africanos identificados, apenas 153 (17,30%) apresentaram classificação de procedência. Já os assentos de batismo registraram 44,7 % das procedências étnicas do total de 353 africanos arrolados entre 1812-1853. Destes cativos identificados, verificamos 95% para o conjunto do município era procedente do grupo Centro-Oeste Africano, enquanto que para o corpo da freguesia este índice cai para 84,7%. Dentre os subgrupos desta categoria, destacam-se a proeminência da participação *cambinda* em 33,7% para a freguesia e 31,8% para o município. Em segundo lugar, destacamos a participação do subgrupo *congo*, representando 20,5% para a freguesia e 22,9% ao município. As participações minoritárias se reservaram aos subgrupos *monjolo*, *cassange* e *angola*. No entanto, o grupo *benguela* que aparece com o percentual de 8,6% nos assentos de batismos, compõem para o conjunto do município, a terceira participação com 17,1% do total de africanos. Entretanto, vale ressaltar que embora identificada a ocorrência de oscilações entre os grupos conforme o período aventado, não significou nenhuma alteração da hegemonia do grupo Centro-Oeste Africano⁴⁷ (Cf.: TABELAS 10 e 11: ANEXO).

3. Considerações Finais

Em síntese, podemos apreender desta discussão que a composição demográfica que se descortina na primeira metade do século XIX para o município de Pouso Alegre assenta-se numa elevada presença de escravos nativos e crianças e jovens na faixa de 0-14 anos, elevado potencial de fecundidade, pelo menos capaz de manter o plantel escravo local e relativo equilíbrio entre os sexos, observando que a desproporção de homens e mulheres foi uma característica que acompanhou toda vigência da escravidão. No entanto, observamos também neste artigo, que nosso trabalho oferece elementos que

⁴⁷ Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG. Fonte: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, Pouso Alegre - MG.

permite aventar o fator de reprodução natural como elemento conciliador à reposição via-tráfego no processo de manutenção, ou porque não da expansão da escravaria local. Não obstante, não pretendemos aludir aqui o problema de forma conclusiva, haja vista o forte apelo regional à inserção ao tráfico, já atestado em outros trabalhos. Não obstante, vale também aludir a atual necessidade que se coloca sob agendamento, em averiguar o mapeamento construído pelo movimento de redistribuição deste contingente africano no quadro regional. Assim como Paiva e Libby, aceitamos que somente pesquisas locais serão capazes de trazer à tona o quadro de diversidade regional, lapidando nuanças, descortinando singularidades, do que era a pouco, genericamente tratado como “Sul de Minas”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Carla M.C. de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850.** Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Família, fortuna e poder no Império do Brasil.** Minas Gerais. Campanha da Princesa, (1799-1750). Niterói: Tese de Doutorado em História: UFF, 2005.
- BERGAD, Lair. **Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888.** Bauru: EDUSC, 2004.
- BOTELHO, Tarcísio. **Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX.** Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1994.
- CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. Economia escravista em Minas Gerais In: **Cadernos IFCH.** Unicamp. 10, out. 1983.
- _____. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. In: **Ensaio Sobre a formação econômica regional no Brasil.** Campinas, SP: editora da Unicamp, 2002. p. 34-47.
- COSTA, Iraci del Nero da, LUNA, Francisco Vidal. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1726- 1826). **África** (Centro de Estudos Africanos da USP), n 4, 1981, p. 105-109.
- DELFINO, Leonara Lacerda. **A Família Negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas. (1810-1873).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Pós-graduação em História da UFJF. Juiz de Fora: ICH, 2010.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras.** Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro: Civ. Brasileira,** 1997.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX.** São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais.** São Paulo: Annablume, 2002.

- _____, PINTO, F., MALAQUIAS, C. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento. O caso de São José do Rio das Mortes. In: **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37: p. 184-207, jan/jun 2007.
- GUTIERREZ, Horácio. **Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1989.
- _____. Demografia escrava em economias não-exportadoras: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 297-314, 1987.
- HIGMAN, B. W. **Slave populations of the British Caribbean, 1807-1839**. Baltimore: Johns H. University Press, 1984
- LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. & PAIVA, Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**: São Paulo: IPE/USP, 25(2), mai/ago, 1995, pp. 203-233.
- LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). In: **Ensaio Econômicos**. São Paulo: IPE/USP. V. 8, 1981.
- _____. Observações sobre o casamento de escravos em São Paulo
_____. & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, 13(1):211-21, 1983.
- _____. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, 28(1): 99-169, jan-mar 1998.
- LUNA & KLEIN, Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: **Estudos Populacionais**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004. pp. 173-193.
- MACHADO, C. **A trama das vontades**. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais, passagem do século XVIII para XIX). Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História: UFRJ/IFCH, 2006.
- MARTINS, Roberto Borges. Minas no século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora.” In: **Estudos Econômicos**, vol 13, nº 1: USP, 1983.
- NADALIN, S., MARCÍLIO, M. & BALHANA, A. (orgs.). **História da População: estudos sobre a América Latina**. São Paulo, ABEP, 1990.
- PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do século XIX**. Tese Doutorado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
- _____. & KLEIN, Herbert S. Escravos e Livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha, 1831. São Paulo: **Estudos Econômicos**, 22 (1): 133-134, jan-abr. 1992.
- PINHEIRO, Fábio. Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais. C. 1809-C. 1830. In: **XIII Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Disposto no www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008
- RAMOS, Donald. Vila Rica: profile of a colonial Brazilian urban center. **The Americas**, Washington, v. 35, n 4, p. 495-526, abr. 1979
- SCHWARTZ, Stuart **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005.

- SLENES, Robert, **Na senzala uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOBRINHO, Juliano Custódio. **Negócios Internos**: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira de Itajubá (1785-1850). 2009. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora, 2009.
- STECKEL, Richard. A children and Choice: A Comparative Analysis of slave and White Fertility in the Antebellum South. In: **Without Consent or Contract**: conditions of slave and transition of freedom, Technical Papers. Edited by Robert William Fogel and Stanley L. Engerman. New York: WW Norton, 1992.
- TEIXEIRA, Heloísa Maria. **Reprodução e famílias escravas em Mariana, (1850-1888)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001.

ANEXO I

TABELA 1:

Distribuição da população cativa por sexo e origem. (Pouso Alegre, 1820-1888):

Período	AFRICANOS						CRIoulos						Total
	Homem %		Mulher %		Soma %		Homem %		Mulher %		Soma %		
1820- 29	79	72.4	30	27.5	109	37.5	85	47.0	96	53.0	181	62.4	290
1830- 39	73	66.3	37	33.6	110	37.5	84	46.0	99	54.0	183	62.4	293
1840- 49	165	76.7	50	23.2	215	29.5	240	46.7	273	53.2	513	70.4	728
1850- 59	164	66.1	84	33.8	248	26.4	359	52.0	331	48.0	690	73.5	938
1860- 69	103	54.7	85	45.2	188	23.6	330	54.3	277	45.6	607	76.3	795
1870- 79	8	72.7	3	27.2	11	5.0	111	49.7	101	45.2	212	95.0	223
1880- 88	—	—	1	—	1	—	33	45.8	39	53.4	72	71.2	73
Total	592	67.1	290	32.8	882	26.4	1242	50.5	1216	49.4	2458	73.5	3340

Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

* De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

TABELA 2:

**Distribuição de batizados cativos por origem.
(Freguesia de Pouso Alegre, 1812-1873)**

Período	crioulos	%	Africanos	%	Total
1812-14	61	80.2	15	19.7	76
1815-17	72	86.7	11	13.2	83
1818-20	118	62.1	72	37.8	190
1821-23	177	71.3	71	28.6	248
1824-26	240	89.2	29	10.7	269
1827-29	190	76.3	59	23.6	249
1830-32	226	75.8	72	24.1	298
1833-35	212	93.8	14	6.1	226
1836-38	185	96.8	6	3.1	191
1839-41	176	99.4	1	0.5	177
1845-47	101	100	—	—	101
1848-50	165	98.8	2	1.1	167
1851-53	208	99.5	1	0.4	209
1854-56	253	—	—	—	253
1857-59	260	—	—	—	260
1860-62	194	—	—	—	194
1863-65	120	—	—	—	120
1866-68	86	—	—	—	86
1869-71	62	—	—	—	62
1871-73 Ingênuos	74	—	—	—	74
Total	3180	90.0	353	10.0	3533

Fonte: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, Pouso Alegre - MG.

TABELA 3:
Distribuição da população cativa por sexo:
(Município de Pouso Alegre, 1820-1888)

Período	Homens	%	Mulheres	%	Total
1820- 1829	164	56.5	126	43.4	290
1830- 1839	157	53.5	136	46.4	293
1840- 1849	405	55.6	323	44.3	728
1850- 1859	523	55.7	415	44.2	938
1860- 1869	433	54.4	362	45.5	795
1870- 1879	119	53.3	104	46.6	223
1880- 1888	33	45.2	40	54.7	73
Total	1834	55.0	1506	44.0	3340

Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

* De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

TABELA 4:
Razão de Masculinidade em períodos distintos
(Pouso Alegre e Província)

Período	RM*	Período	RM**
	Município		Província
1820- 1829	130	1808	175
1830- 1839	115.4	1821	148
1840- 1849	125.3	1833	142
1850- 1859	126.0	1855	135
1860- 1869	119.6		
1870- 1879	114.4	1872	116
1880- 1888	82.5		

*RM: a Razão de Masculinidade foi obtida através da divisão do número de homens pelo número de mulheres multiplicado por 100.

Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

**Censos de 1808, 1821, 1833, 1855 e 1872. Cf.: BERGAD, 2004: 206.

*** De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

TABELA 5:
Africanidade e Razão de Masculinidade
(Pouso Alegre, 1820-1888)

Período	RM Crioulos	RM Africanos	T . A. *
1820- 29	88.5	263.3	60.2
1830- 39	84.8	197.2	60.1
1840- 49	87.9	330.0	41.9
1850- 59	108.4	195.2	35.9
1860- 69	119.1	121.1	30.9
1870- 79	109.9	266.6	5.1
1880-88	84.6	—	—

* T. A.: Taxa de Africanidade foi obtida através do número de africanos dividido pelo número de crioulos, multiplicado por 100.

*** De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

TABELA 6:
Distribuição da população cativa por Distrito, segundo o sexo.
(Município de Pouso Alegre, 1833- 1835)

Distrito	Homem	%	Mulher	%	RM	Cativos
Capivari	103	51,2	98	48,7	105,1	201
Sta. Rita	175	68,6	80	31,3	218,7	255
Cambuí	415	61,1	264	38,8	157,1	679
Camanducaia	465	58,4	330	41,5	140,9	795
Cotias	879	63,2	511	36,7	172,0	1390
S. J. Formigas	475	51,6	444	48,3	106,9	919
Antas	79	45,6	94	54,3	84,0	173
Ouro Fino	393	59,5	267	40,4	147,1	660
Bom Retiro	77	45,0	94	55,0	81,9	171
Pouso Alegre	1225	61,0	786	39,0	155,8	2011
Total do Município	4286	59,0	2968	41,0	144,4	7254

Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.

TABELA 7:
Distribuição da população cativa, segundo a idade por Distrito
(Município de Pouso Alegre, 1833- 1835):

Distrito	06- 14	%	15-29	%	30- 60	%	+ 60	%	Total
Capivari	97	48,2	80	39,8	24	11,9	—	—	201
Sta. Rita	117	45,8	117	45,8	21	8,2	—	—	255
Cambuí	258	38,0	269	39,6	110	16,2	42	6,1	679
Camanducaia	229	28,8	372	46,7	180	22,6	14	1,7	795
Cotias	442	31,7	576	41,4	334	24,0	38	2,7	1390
S. J. Formigas	349	38,0	371	40,3	177	19,2	22	2,3	919
Antas	53	30,6	60	34,6	57	32,9	3,0	1,7	173
Ouro Fino	321	48,6	202	30,6	132	20,0	5,0	0,7	660
Bom Retiro	67	39,1	66	38,5	30	17,5	8,0	4,6	171
Pouso Alegre	702	35,0	925	46,0	369	18,3	18	0,7	2011
Total	2635	36,3	3038	41,8	1434	19,7	147	2,0	7254

Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.

TABELA 8:
Distribuição da População Cativa, segundo a Faixa Etária:
(Pouso Alegre, 1820-1888)

Período	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Tot	Homens		Mulheres	Tot	
	0-14	%	0-14	%	%	15-40	%	15-40	%	%	+40	+40	%	%	
1820-29*	32	16,4	36	18,5	35,0	75	38,6	38	19,5	58,1	7	3,6	6	3,0	6,6
1830- 39	59	20,1	48	16,3	36,5	68	23,2	53	18,0	40,8	28	9,5	37	12,6	22,1
1840-49**	114	15,0	117	15,4	30,4	196	25,8	133	17,5	40,3	49	6,4	26	3,4	9,8
1850- 59	184	19,6	137	14,6	34,2	256	27,2	168	18,0	45,2	83	8,8	110	11,7	20,5
1860- 69	124	15,5	121	15,2	30,7	223	28,0	155	19,4	47,4	95	11,9	77	9,6	21,5
1870- 79	28	12,5	31	13,9	26,4	46	20,6	63	28,5	49,1	45	20,1	10	4,4	24,5
1880-88***	07	9,5	7	9,5	19,1	21	28,7	28	38,3	67,1	05	6,8	05	6,8	13,6

Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

*Do total de 290 escravos identificados para o período de 1820-1829; 96 não mencionaram idade.

**Do total de 728 escravos identificados para o período de 1840-1849; 93 não mencionaram idade.

*** * De 1871 a 1888 foram identificados apenas 20 ingênuos (06 meninos e 14 meninas).

TABELA 9:
Razão de crianças por mulheres em idade reprodutiva
(Pouso Alegre, 1820-1888):

Período	Nº. de mulheres 15- 44 anos	Nº. de crianças 0- 9 anos	Razão C/M
1820/29	39	54	138.4
1830/39	62	71	114.5
1840/49	133	155	116.5
1850/59	172	221	128.4
1860/69	155	151	97.4
1870/79	63	28	44.4
1880/88	28	09	32.1

* A razão de criança/mulher foi obtida através da divisão do número de crianças de idade de 0 a 9 anos pelo número de mulheres de idade de 15 a 44 anos, multiplicado por 100.

Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

TABELA 10:
Batizados de escravos Adultos, segundo a procedência africana
(Freguesia de Pouso Alegre, 1812-1851):

Período	Centro-Oeste Africano								África Oriental		Total
	Angola	Benguela	Cassange	Congo	Guiné	Cambinda	Monjolo	Rebolo	Mocambique	Adulto*	
1812-15	1	2			4	6	2		4	1	19
1816-19		5		17	2	29			8	12	71
1820-23	1	5	1	7	8	7	1	2	6	40	74
1824-27	1	2		6	8	8	4		5	27	58
1828-31					1	1				88	97
1832-35		2		1				1		18	23
1836-39										6	6
1840-43										1	1
1844-47											
1848-51										2	2
1852-53										1	1

* Reunimos na classificação de “Adultos” os escravos genericamente assim identificados ou como “Africanos”, “de Nação”, “da Costa da África”, sem distinguir, portanto, nenhum tipo de procedência étnica.

** Fonte: Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na Matriz de São Bom Jesus dos Mártires, Pouso Alegre - MG.

TABELA 11:
Distribuição de escravos, segundo a “procedência africana”
(Município de Pouso Alegre, 1820-1850)

África Central (Centro-Oeste Africano)	1820-1850
Congo	36
Cambinda	50
Monjolo	3
Angola	3
Benguela	27
Cassange	10
Rebolo	10
Ganguela	6
África Ocidental	
Mina	1
África Oriental	
Moçambique	7
“Nação”*	729
Total	882

* Reunimos na classificação escravos “de Nação” todos aqueles genericamente assim identificados ou como “Africanos”, “da Costa”, “da Costa da África”, sem distinguir, portanto, nenhum tipo de procedência étnica.

Fonte: Inventários *post-mortem*. (1820-1888). Cartórios do 1 e 2 Ofício, localizados no Fórum Municipal de Pouso Alegre - MG.

TABELA 12:
Distribuição da população cativa do Município de Pouso Alegre, segundo a cor
(1833- 1835):

Distritos	Pretos	%	Pardos	%	Total
Capivari	197	98,0	04	2,0	201
Cambuí	655	96,4	24	3,5	679
Santa Rita	248	97,2	07	2,7	255
Camanducaia	631	79,3	164	20,6	795
Bom Retiro	155	90,6	16	9,3	171
Antas	150	86,7	23	13,2	173
Ouro Fino	520	78,7	140	21,2	660
São José das Formigas	767	83,4	152	16,5	919
Cotias	1203	86,5	187	13,4	1390
Pouso Alegre	1865	92,7	146	7,2	2011
Total do Município	6391	88,1	863	11,8	7254

Fonte: Mapa de População do Município de Pouso Alegre (1833- 1835). Localizados no Arquivo Público Mineiro, Notação MP, CX 06 doc 02.